

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

AGU solicita bloqueio de R\$ 2,5 bi por fraudes no INSS

Foram identificadas 12 associações envolvidas no esquema de descontos

/ INVESTIGAÇÃO

A Advocacia-Geral da União (AGU) anunciou ter pedido nesta quinta-feira à Justiça Federal o bloqueio urgente de R\$ 2,56 bilhões em bens de 12 entidades associativas investigadas por possíveis fraudes em aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

De acordo com o ministro-chefe da AGU, Jorge Messias, as associações primeiro processadas constituem o “núcleo da fraude”, sendo alvo do maior número de reclamações de fraude por parte de segurados do INSS.

O valor buscado pelo governo

corresponde a tudo que foi arrecadado por essas entidades ao longo dos anos, que é o dano estimado inicial. “Estamos atribuindo aos descontos efetivados por essas entidades um risco pleno de 100%”, explicou Messias.

“Essa medida é de suma importância para que possamos obter êxito no rastreamento do recurso. Agora vamos iniciar uma fase de judicialização, que é uma fase complexa que exige rigor”, disse Messias. Segundo ele, o ressarcimento das fraudes deve ser feito pelo governo primeiro com os recursos recuperados das entidades e pessoas responsáveis. Ele lembrou que há associações

legítimas, que possuem atuação histórica junto a aposentados e pensionistas.

Cifras iniciais apresentadas pela PF dão conta de que R\$ 6,3 bilhões de descontos associativos realizados entre 2019 e 2024 são suspeitos de fraude. No total, 9 milhões de pessoas receberão a manifestação ou o chamado do INSS de que teve algum tipo de desconto em folha associativa.

Após o escândalo vir à tona, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exonerou o então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto. Na última sexta-feira, o antigo ministro da Previdência, Carlos Lupi, pediu demissão do cargo.

Aposentados que tiveram descontos serão avisados

O presidente do INSS, Gilberto Waller, informou que, na próxima terça-feira, vai comunicar os beneficiários que tiveram algum desconto associativo, por meio do canal oficial Meu INSS. Na quarta-feira, serão liberadas informações para que o aposentado possa verificar qual associação fez o desconto e o valor.

“O sistema automaticamente vai gerar uma cobrança para aquela associação. O INSS vai fazer a defesa do segurado perante a associação dizendo ‘o nosso beneficiário não reconhece esse pagamento.’”

Os órgãos não deram prazo sobre a restituição. O advogado-geral da União, Jorge Messias, admitiu que após a conta ser apurada, será objeto de discussão da Junta de Execução Orçamentária para decidir se o pagamento será feito via acomodação de despesa ou crédito extraordinário.

A declaração foi feita no Palácio do Planalto em atualização da Operação Sem Desconto da Polícia Federal, que investiga descontos ir-

regulares de aposentados e pensionistas feito por associações.

O processo de restituição englobará descontos que ocorreram em um prazo de até cinco anos. Descontos feitos antes desse período não entrarão na conta, pois o prazo já prescreveu.

De acordo com o presidente do INSS, as associações terão que tem que guardar as informações que comprovem que o beneficiário era, de fato, associado, que autorizou o desconto, além de enviar documento que comprove a identidade do segurado. Havendo a confirmação de que o beneficiário não reconhece o vínculo, a associação tem 15 dias úteis para reunir essas informações. Não confirmando, haverá 15 dias úteis para ressarcir.

A entrevista frustrou a expectativa de que fosse apresentado o plano de ressarcimento dos beneficiários junto a um calendário de restituição, que havia sido prometido pelo governo na revelação do escândalo.

Como pedir reembolso

► Na terça (13): o Meu INSS vai liberar avisos para os 9 milhões que tiveram descontos

► Na quarta (14): O sistema vai mostrar o nome da associação e o valor descontado no período. O segurado que não tiver autorizado poderá clicar em um botão para iniciar o pedido de contestação. Ao informar que ele não concorda com o desconto, não precisará enviar nenhum documento ao INSS nem à entidade. O INSS vai acionar a associação para que comprove a autorização, enviando documentos. Será dado 15 dias úteis para a entidade comprovar a filiação nessa etapa

União poderá usar dinheiro público para ressarcimento

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), disse nesta quinta-feira que seu ministério irá definir, a partir da próxima semana, de onde virão os recursos para a devolução dos descontos irregulares do INSS a beneficiários que tenham sido prejudicados.

Segundo Tebet, se a apreensão de bens não for suficiente, o gover-

no terá de usar dinheiro público. “Nós estamos na segunda fase, que é (identificar) quantos são e quem são (os prejudicados). Nós estamos abrindo um prazo para que essas pessoas venham e digam: ‘Eu não assinei nada, eu estou sendo lesada’. A partir daí, já na semana que vem, entramos nós, da equipe do Orçamento e da Fazenda”, disse a

ministra do Planejamento.

“Todos serão ressarcidos. A única coisa que temos que ponderar: o dinheiro que vai ressarcir não é só fruto da apreensão de bens, porque pode ser insuficiente. Se precisar que a União complemente, nós iremos complementar, mas vamos complementar com dinheiro público”, completou.



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Críticas a ausência do governador

Durante audiência pública realizada nesta quarta-feira na Câmara dos Deputados, que discutiu a retomada das atividades econômicas e a reconstrução dos municípios atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul em 2023 e 2024, o deputado federal gaúcho Osmar Terra (MDB, foto) criticou a condução do governo estadual frente à crise.



KARO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/Divulgação/JC

Sem intermediários

Terra cobrou maior protagonismo do governador Eduardo Leite (PSDB) nas articulações com o governo federal: “Cadê o governador Eduardo Leite? Ele precisa vir a Brasília conversar com o presidente Lula. Os dois devem sentar-se e colocar no papel: estou investindo tanto nisso, você está colocando tanto naquilo. Sem intermediários”.

Falta de alinhamento

O parlamentar também criticou a falta de alinhamento entre os entes federativos na definição e aplicação dos recursos para a reconstrução. “Está havendo bateção de cabeça, um joga a culpa no outro. Vivemos em uma federação, e tudo o que acontece no Estado é responsabilidade do governador. Ele precisa acertar os recursos com o presidente Lula. O governador sumiu, está se escondendo, esperando para ver o que acontece”, declarou.

Maior bancada do Congresso

“A federação do PP com União Brasil representa um avanço. Agora somos a maior bancada do Congresso, forte o suficiente para fazer valer a voz dos nossos eleitores. Trata-se de uma união estratégica, considerando que neste momento estamos vivendo mais um escândalo de corrupção estardaloso, e uma clara tentativa de reeleição”, afirmou o senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP).

Candidato a presidente

Na visão de Heinze, “os progressistas chegarão ao pleito de 2026 com musculatura para apoiar ou, se for o caso, lançar um candidato à presidência da República”, afirmou, comemorando a criação da federação entre União Brasil e PP.

Nomes expressivos

Na avaliação do senador gaúcho, “o cenário ainda é de indefinição. (Jair) Bolsonaro (PL) será ou não candidato? Existe, como sabemos, uma batalha jurídica em curso. O que posso afirmar é que a direita dispõe de nomes expressivos e preparados, como Bolsonaro, (Ronaldo) Caiado (União Brasil) e Tarcísio de Freitas (Republicanos). Vamos aguardar o desenrolar das convenções partidárias. Ainda tem muita água pra passar debaixo dessa ponte”.

Caminho para o desenvolvimento

Para o senador gaúcho Paulo Paim (PT), a redução da jornada de trabalho é um caminho para o desenvolvimento e bem-estar social. “A discussão sobre a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, é uma das mais importantes para o mundo do trabalho hoje.”

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323